



Gestão Democrática: A importância da Democracia na busca por uma Educação melhor na Escola Pública

*Maria Natália Barboza Santos¹; Maria do Socorro Cordeiro de Sousa²;
Fernanda Jaylane da Silva Viana³*

Resumo: A presente pesquisa tem como objeto de análise a Gestão Democrática na escola pública, buscando assim compreender como se dá esse processo. Toda escola é regida por um gestor, que ocupa um papel primordial no que tange a sua organização, principalmente na questão pedagógica. Todavia, o conceito de Gestão Democrática implica exatamente na divisão dessa responsabilidade entre todos os componentes do recinto escolar. Desta forma, a escolha deste tema para escrita do trabalho parte de observações feitas durante a Residência Pedagógica na escola Dr Severino Alves de Sá, tendo por objetivo analisar como se dá o processo de Gestão Democrática nas escolas e como essa forma de gestão implica em melhorias no ensino público. Entende-se por Gestão Democrática o ato de gerenciar uma escola através da participação de todos, evitando atribuir somente ao gestor a responsabilidade de nortear a instituição escolar, embora ele seja a figura de maior atuação, pois a ele cabe o gerenciamento da parte administrativa, financeira e pedagógica, além de ser um mediador na relação entre todos os membros da escola, a família e a comunidade geral. Dentro do ambiente escolar surge a necessidade de um documento que contenha os direitos e deveres de todos aqueles que compõem aquele espaço, devendo ser desenvolvido em conjunto com todos os envolvidos, ficando exposto em um lugar onde todos possam ter acesso. Esse documento é o Plano Político Pedagógico (PPP), que visa estabelecer as diretrizes que irão permear o ano letivo, e no contexto educacional. Assim, o presente estudo partiu do princípio disposto na legislação vigente, fundamentando-se através de ideias de diferentes estudiosos acerca do assunto, que defendem dentre outras coisas, sua aplicação como essencial para a melhoria do ensino nas escolas públicas. Para tanto, o aporte teórico adveio de Lima (2018), Paro (2006), Luck (2005, 2009), Gadotti (2004) e Souza (2018), dentre outros. Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa de cunho bibliográfico. Assim, foi possível constatar que uma gestão democrática se faz através de ações que torne possível a divisão da responsabilidade do processo educativo entre o gestor e todos que compõem a escola, buscando assim uma educação de qualidade para todos, tendo como base o Art:206 e a LDB (Lei n. 9.394/96), além do Projeto Político Pedagógico, documento norteador das ações e decisões referente as instituições escolares.

Palavras-chave: Escola Pública, Gestão Escolar, Projeto Político Pedagógico.

¹Aluna do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC); Email: maria123natalia1@gmail.com;

²Doutora em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil. Mestra pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: corrinhacordeiro@gmail.com;

³Aluna do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC); Email: nanda.jaylane@outlook.com.

Democratic Management: The importance of Democracy in the search for better Education in Public Schools

Abstract: This research has as its object of analysis the Democratic Management in public schools, seeking to understand how this process takes place. Every school is governed by a manager, who plays a key role in terms of its organization, especially in terms of teaching. However, the concept of Democratic Management implies exactly the division of this responsibility among all the components of the school premises. Thus, the choice of this theme for the writing of the work is based on observations made during the Pedagogical Residency at the Dr Severino Alves de Sá school, aiming to analyze how the process of Democratic Management in schools takes place and how this form of management implies improvements in public education. Democratic Management is understood as the act of managing a school through the participation of all, avoiding assigning only the manager the responsibility of guiding the school institution, although he is the most active figure, as he is responsible for managing the administrative part, financial and pedagogical, in addition to being a mediator in the relationship between all members of the school, the family and the general community. Within the school environment, there is a need for a document that contains the rights and duties of all those who make up that space, which should be developed together with everyone involved, being exposed in a place where everyone can have access. This document is the Pedagogical Political Plan (PPP), which aims to establish the guidelines that will permeate the school year, and in the educational context. Thus, the present study started from the principle established in the current legislation, based on ideas from different scholars on the subject, who defend, among other things, its application as essential for the improvement of teaching in public schools. Therefore, the theoretical support came from Lima (2018), Paro (2006), Luck (2005, 2009), Gadotti (2004) and Souza (2018), among others. Methodologically, the research is qualitative and bibliographical in nature. Thus, it was possible to see that democratic management is done through actions that make it possible to divide the responsibility of the educational process between the manager and everyone who makes up the school, thus seeking quality education for all, based on Art:206 and the LDB (Law No. 9,394/96), in addition to the Pedagogical Political Project, a document that guides actions and decisions regarding school institutions.

Keywords: Public School, School Management, Pedagogical Political Project.

Introdução

A educação é um espaço propício para a discussão acerca de diferentes assuntos, e dentre estes podemos mencionar a Gestão Democrática nas escolas públicas mediante o atual cenário educacional. É notório que a escola ocupa um papel de destaque na sociedade, pois é através dela que o ensino formal é transmitido. Assim, muitas relações sociais são firmadas ali, visto que ela é formada por diferentes perfis de pessoas.

Dentro do ambiente escolar, cada pessoa tem sua função, e a ordem do bom funcionamento acontece quando cada um se compromete a fazer sua parte da melhor forma. No que diz respeito a sua organização hierárquica, o gestor ocupa o papel mais importante, posto que a ele cabe a função de geri-la da maneira mais coerente possível, a fim de orientar e auxiliar todos os sujeitos que fazem parte desse ambiente e, deste modo, alcançar todas as metas estabelecidas ao longo do ano letivo, por exemplo.

Todavia, não se deve depositar somente no gestor a responsabilidade de promover ações efetivas que atendam às necessidades de todos da comunidade escolar. É nesse contexto que se aplica a Gestão Democrática como um meio de nortear o trabalho pedagógico de todos, uma vez que “o conceito de gestão democrática envolve, além dos professores e funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado e na melhoria do processo pedagógico” (LÜCK., 2005, p. 17).

Desse modo, o interesse para desenvolver esta pesquisa sobre Gestão Democrática se constitui pelo fato de as pesquisadoras serem discentes do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC), tendo a oportunidade de conhecer de perto a realidade das escolas, tanto na disciplina de prática como na de estágio supervisionado; bem como por elas serem residentes do programa Residência Pedagógica na escola Dr Severino Alves de Sá, que fica localizada na cidade de Salgueiro - PE, onde foi possível observar de forma sucinta como se dá o desenvolvimento da gestão democrática dentro desse ambiente escolar.

Diante disso, verifica-se que a temática é relevante para o curso de Pedagogia, especialmente para quem se dedica à cargos de gestão. Para tanto, a relevância deste trabalho consiste em apresentar uma visão acerca das políticas educacionais e o seu planejamento pedagógico, visando entender a eficácia de uma gestão democrática no ensino público pernambucano.

Além do mais, a Constituição Federal, em seu artigo 206, estabelece os princípios que devem auxiliar o trabalho realizado dentro das escolas, consolidando a democracia. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (9.394/96) também enaltece a Gestão Democrática como fundamental para manter o bom funcionamento das escolas públicas, garantindo uma educação de qualidade. Tendo isso em vista, a responsabilidade de buscar por ferramentas que mude a forma de gerir as escolas é de todos, principalmente frente aos desafios e às perspectivas que a educação contemporânea apresenta.

Dado o exposto, indaga-se: qual a importância da gestão democrática por uma educação melhor na escola pública? Nesse sentido, a partir da problemática central, delimitou-se o objetivo geral para esta pesquisa, que cumpre compreender e destacar a importância da gestão democrática por uma educação melhor na escola pública. Para tanto, a investigação destaca novos olhares para a aquisição de novos saberes, tanto no contexto acadêmico como pessoal, pois compreender acerca da Gestão Democrática e analisar os

fatores para que de fato haja democracia são pontos inerentes no campo da Pedagogia e da Educação.

Nesse sentido, para a realização do presente artigo, foram utilizados conceitos de autores como Lima (2018), Paro (2006), Souza (2018), Luck (2005, 2009), Gadotti (2004), dentre outros. Conforme esses autores, é importante que haja uma Gestão Democrática nas escolas do país, de forma participativa, autônoma e cooperativa entre todos os segmentos escolares, visando resultados positivos.

E, no intuito de uma melhor compreensão do assunto abordado, o artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, fez-se uma contextualização da democracia dentro do contexto escolar, apresentando as leis que a regulamentam. Em seguida, o enfoque recai acerca do papel do diretor dentro da gestão nas escolas, enaltecendo a importância de permitir que os membros da comunidade escolham a pessoa que qualificam como mais adequada para ocupar o cargo, estabelecendo uma relação de confiança e compromisso entre o gestor e a comunidade que o elegeu.

Para finalizar, fez-se necessário discorrer sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP), documento elaborado pelas escolas e que serve de base para a aplicação de uma Gestão Democrática, por esse motivo é indispensável que toda instituição escolar tenha o seu, além de ser importante que a sua elaboração se dê em conjunto entre todos os componentes do recinto. Ademais, mediante o cenário pandêmico vivenciado hoje em todo o mundo decorrente da pandemia do Covid-19, foi preciso discutir sobre a relevância da aplicação de uma Gestão Democrática, a fim de minimizar as consequências relacionadas à pandemia no contexto educacional.

Metodologia

O presente trabalho foi realizado através de observações feitas da gestão na Escola Dr. Severino Alves de Sá, localizada na Cidade de Salgueiro - Pernambuco, escola que oferta o Ensino Fundamental I e II e possui um total de aproximadamente 758 alunos divididos em 11 salas. Com base nessas observações, foi possível perceber que a escola apresenta uma gestão democrática bem articulada, favorecendo a todos os envolvidos do ambiente escolar.

Nessa perspectiva, esta investigação adota uma abordagem metodológica que trata a Gestão Democrática por meio de discussões atuais. Dessa forma, ela é de cunho qualitativo,

por apresentar e discutir uma temática pertinente na atualidade. Vale acrescentar que a pesquisa qualitativa “pode ser caracterizada como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ato social e fenômenos da realidade” (OLIVEIRA, 2007, p. 60).

Diante disso, para se fazer uma pesquisa qualitativa, o pesquisador organiza qual método e tipo de pesquisa adotar, posto que “não é o caso de adotar uma estratégia em detrimento de outra, e sim de combinar, frequentemente, várias estratégias e métodos dentro de um desenho de pesquisa” (GRAY, 2012, p. 137). A partir das estratégias selecionadas pelo pesquisador, a pesquisa assume um desenho específico frente ao contexto atual.

Em razão disso, a pesquisa é qualitativa e bibliográfica. Este modo de pesquisa se consolida como um estudo que faz uso de um material teórico acerca do assunto pelo qual se tem interesse, sendo necessária uma análise do aporte encontrado a fim de selecionar as informações que melhor se encaixarem na elaboração do artigo, dissertação etc. (FONTELLES et al, 2009, p. 23).

Desta forma, o primeiro passo foi a delimitação do tema, escolhido a partir das observações durante a Residência Pedagógica na escola Dr. Severino Alves de Sá, seguido pela coleta de informações. Após as informações coletadas através de livros, revistas, artigos e publicações em sites, fez-se a seleção dos autores que se encaixavam no tema escolhido. Para facilitar a busca, optou-se por autores que tratassem acerca de “Gestão”, “Gestão Democrática”, “Diretor” e “Projeto Político Pedagógico”, sendo encontradas algumas publicações, as quais são utilizadas na pesquisa.

Democracia no Contexto Escolar

A busca por uma educação de qualidade é uma luta de vários educadores e de alguns movimentos sociais os quais defendem um projeto que torne a educação pública melhor. Tais movimentos pautam-se, principalmente, no princípio da gestão democrática, presente na Constituição Federal (BRASIL, 2006). Assim, a partir da existência dessa Lei, sobretudo, do artigo 206, as escolas começaram a ter liberdade para exercer a gestão democrática, com o objetivo de melhorar o processo educacional.

Com base nisso, é importante verificar que, de acordo com o Art.: 206 supracitado, o ensino deverá acontecer norteado pelos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII – garantia de padrão de qualidade;
- VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal; (BRASIL, 2006, p. 12).

Por se tratar de uma instituição de ensino em que se carece de prevalecer a igualdade entre todos os componentes, principalmente estudantes e funcionários, a efetividade desses princípios se mostra extremamente necessária, pois é a partir do entendimento deles que haverá democracia no recinto escolar. No entanto, com base na concepção de alguns autores, nota-se que nem sempre a aplicação da lei e dos princípios é de fato efetiva.

Segundo Vianna (1986), entre os anos de 1960 e 1980, os debates pedagógicos tratavam constantemente sobre este assunto. Contudo, a discussão se tornou mais atenuada na década de 80, tanto que, em 1988, foi consagrada o início da gestão democrática nas escolas públicas, por meio da LDB (Lei n. 9.394/96). Consoante este documento, as instituições públicas que ofertam a Educação Básica devem ser regidas baseadas no princípio da Gestão Democrática, presente na Constituição Brasileira. Essa forma de regência defende que a tomada de decisões necessita ser feita em conjunto, sendo uma responsabilidade de todos que fazem parte do ambiente escolar.

Sobre essa Lei, Gadotti (2001) afirma que não há eficácia, uma vez que, apesar de conceder liberdade a todos que compõem a escola, os sujeitos do processo pouco sabem acerca do que significa autonomia. Por isso, a independência precisa ser construída através de um processo individual e ao mesmo tempo coletivo, além de ser um processo contínuo. Nesse contexto, é essencial que haja a participação e cooperação de todos, para que possa acontecer uma gestão democrática efetiva. Para tanto, a seguir, será abordado qual o papel do diretor escolar.

O Papel do Diretor na Gestão Democrática

Introduzir um projeto de gestão democrática nas escolas significa que elas terão que romper com seus moldes tradicionais, revendo a forma como são gerenciadas, o que

acarretará mudanças em todas as suas áreas, inclusive na maneira de ensinar. É importante destacar que essa democracia dentro das instituições escolares parte do resultado de conciliar diversos fatores.

Sobre isso, Lima (2018) elucida:

[...] a democracia na escola é também uma questão de grau, dependente de estruturas, regras, processos e práticas efetivas de eleição, colegialidade e participação na tomada das decisões, relações com as autoridades e outras instituições, capacidade de dialogar, argumentar, ter voz e etc. (LIMA, 2018, p. 25).

Corroborando com esse autor, pode-se depreender a necessidade da compreensão do sistema educacional em sua amplitude, o que deve considerar que a luta para implantar a gestão democrática nas escolas se estende desde a escolha do diretor ao papel desempenhado por todos os funcionários, ressaltando assim a importância do diálogo entre todos os componentes do recinto escolar. Nesse sentido, Luck (2009) diz que:

Uma das competências básicas do diretor escolar é promover na comunidade escolar o entendimento do papel de todos em relação à educação e a função social da escola, mediante a adoção de uma filosofia comum e clareza de uma política educacional, de modo a haver unidade e efetividade no trabalho de todos (LUCK, 2009, p. 18).

Com isso, nota-se que uma das figuras de destaque ao discorrer sobre este tipo de gestão é o diretor ou gestor, como algumas escolas preferem chamar. De acordo com autora, o diretor promove a interação entre escola e sociedade. Essa interação é benéfica para a escola, visto que promove o crescimento da instituição como um todo. Dessa forma, a comunidade escolar deve ter em mente o tamanho da responsabilidade em escolher um diretor, pois, em muitas instituições escolares, é por meio das eleições que ocorre o processo de escolha.

No que diz respeito a eleições escolares, está já se configura como uma mudança nas escolas do país. Ao tratar desse aspecto, Souza (2018) defende:

[...] quando se pretende introduzir mudanças na escola pública, por mais certos que estejamos do seu caráter democrático (ou precisamente por isto), é preciso que esta introdução também se faça de forma democrática. Esta norma parece aplicar-se muito bem à questão da eleição de diretores. (SOUZA, 2018, p. 276).

Revalidando esse pensamento, Massena (2018, p. 37) entende que: “a eleição de diretores é um dispositivo que sustenta a gestão democrática”. Para o autor, uma das vantagens ao se escolher um diretor de forma democrática é o compromisso estabelecido entre

ele e a comunidade que o escolheu, desta forma, espera-se que tal membro escolar trabalhe de modo a cumprir com as expectativas depositadas nele.

Contudo, vale salientar que o diretor representa a comunidade educativa, portanto, seu papel é apenas mediar e articular as ideias e decisões tomadas pelo grupo no contexto educacional. Assim sendo, Luck (2009) destaca que:

[...] a gestão democrática pressupõe a mobilização e organização das pessoas para atuar coletivamente na promoção de objetivos educacionais, o trabalho dos diretores escolares se assenta sobre sua competência de liderança, que se expressa em sua capacidade de influenciar a atuação de pessoas (professores, funcionários, alunos, pais, outros) para a efetivação desses objetivos e o seu envolvimento na realização das ações educacionais necessárias para sua realização. (LUCK, 2009, p. 75).

Com base na fala da autora, percebe-se que o diretor de escola é aquele que irá equilibrar as relações dentro do ambiente escolar, logo, precisa ter conhecimentos administrativos, pedagógicos e humanos, uma vez que cuidará da educação de diversos alunos. Nesse viés, ele precisa saber administrar os recursos que a instituição recebe, para isso, necessita atentar aos pontos fortes e fracos presentes na escola, a fim de assim decidir qual a melhor forma para ministrar esses recursos. Embora o diretor não trabalhe sozinho, e necessite de uma equipe capacitada para lhe auxiliar no bom funcionamento da escola, tudo que diz respeito ao ambiente escolar, necessita da sua aprovação.

Ademais, é atribuição do diretor coordenar o projeto pedagógico, ou seja, monitorar e cobrar para que a escola cumpra as regras do sistema educacional, visando o trabalho harmônico da equipe, sendo necessário que acompanhe o desenvolvimento tanto dos alunos como dos professores. Ele carece de estar em contínuo contato com a comunidade, participando de suas ações e trazendo esta para trabalhar em conjunto com a escola. Essa tentativa de aproximação entre escola e comunidade deve fazer parte do planejamento escolar para o ano didático.

Diante disso, compreende que o diretor se configura como um profissional que tende a servir de espelho para todos os outros, pois coordena o ambiente pedagógico e, desta forma, precisa manter uma relação saudável tanto com os funcionários quanto com os alunos e pais, a fim de construir uma comunidade escolar propícia ao desenvolvimento da aprendizagem.

Nesse contexto, a escola precisa ter regulamentado todas as suas ações, elaborando um documento que possa oferecer suporte para todo o ano letivo. Esse documento trata-se do Projeto Político Pedagógico, o qual deve ser pensado e elaborado em conjunto com todos que formam a comunidade escolar e fique exposto para que todos tenham acesso a ele. Tendo em

vista a sua relevância, ele será tema do tópico que segue.

O Projeto Político Pedagógico: a importância do documento no ambiente escolar

A escola conta com uma ampla diversidade de ferramentas que auxiliam o desenvolvimento de suas atividades. Entre essas ferramentas, o Projeto Político Pedagógico (PPP) merece destaque, pois uma de suas funções é nortear a gestão escolar, tendo como base os trâmites democráticos.

O PPP é um documento importante no âmbito escolar, por isso, ele deve ser acessível a todos que fazem parte da instituição. Sua elaboração carece contar com a participação do gestor, coordenadores, alunos e professores, a fim de oferecer metodologias que contemplem a todos os indivíduos do ambiente educacional, ressaltando que esse documento retrata a identidade da escola.

Os mecanismos utilizados através do PPP e de outros órgãos da escola, para que apresente resultados positivos, necessitam da compreensão acerca de qual a função dessa instituição no contexto social, uma vez que ela se pauta “na preparação do cidadão, e para sua inserção na sociedade, na qual viverá como cidadão e como profissional de alguma área da atividade humana” (MORRETO, 2005, p 29.). Assim, o ambiente escolar comporta-se como um espaço para o desenvolvimento da aprendizagem formal e, por essa razão, ele é tão essencial para todos os indivíduos.

Nesse contexto, considerando os alunos como indivíduos em processo de construção e que possuem sua própria bagagem, com suas próprias experiências adquiridas de maneira individual, é primordial que os conhecimentos deles sejam respeitados e valorizados, enaltecendo o seu processo de aprendizagem.

Os desafios educacionais são reais dentro das escolas, é por isso que discutir e utilizar da gestão democrática faz-se tão necessários e eficientes. Corroborando com isso, Paro (2006, p. 38) afirma que é preciso haver “uma vontade coletiva em direção ao alcance dos objetivos verdadeiramente educacionais da escola”. Esse autor defende a construção da gestão democrática através da cooperação entre todos os envolvidos no processo educacional, a fim de construir o melhor caminho para um ensino de qualidade nas escolas públicas, o qual somente se constrói a partir da gestão democrática, isto é, quando os educadores saem da sua zona de conforto e enfrentam os desafios existentes pelo caminho.

No que tange à elaboração desse documento, é importante destacar que ela deve se pautar no diálogo, em que seja possível ouvir todos que compõem a instituição, desde o diretor, o corpo docente, demais funcionários, pais e responsáveis, até os próprios estudantes, posto que eles são os maiores beneficiados com a oferta de uma educação de qualidade.

Sua obrigatoriedade pauta-se exatamente na relevância que esse documento tem no espaço educacional, portanto deve ser exposto em um lugar de fácil acesso, para que todos possam consultá-lo quando preciso. É importante também mencionar a necessidade de se avaliar o PPP a cada ano letivo, pois ele é um documento passível de mudanças, verificando com a avaliação o que deve ser mantido, o que deve ser retirado e o que pode ser acrescentado, sempre com o objetivo de uma educação de qualidade.

Por fim, ao falar sobre gestão democrática, é necessário abordar a importância e utilidade de uma gestão organizada no enfrentamento à pandemia do COVID-19, em que o sistema educacional precisou rapidamente modificar sua forma de ensino, com o intuito de tentar diminuir os impactos ocasionados pelo distanciamento do alunado das escolas. Com isso, a gestão democrática teve a responsabilidade de tomar decisões referentes a um planejamento que contemplasse o maior número possível de alunos, à exemplo do ensino híbrido e das aulas remotas, que não são eficazes, devido às próprias desigualdades sociais existentes, visto que nem todo mundo tem acesso à internet ou a um celular disponível para acompanhar as aulas.

Diante disso, percebe-se que são em momentos como o pandêmico atual, os quais requerem ações rápidas e eficazes, que a gestão democrática ganha destaque, pois é de suma importância que haja o envolvimento de todos na escolha dos meios mais propícios para continuar a ofertar um ensino de qualidade nas escolas públicas.

Considerações Finais

A efetividade de uma Gestão Democrática requer a junção de diversos fatores, os quais em conjunto objetivam uma educação de qualidade. Ao falar do Ensino Público, tal gestão faz-se ainda mais importante, uma vez que os recursos dispostos para esse tipo de instituição não são suficientes. Logo, quando não há uma equipe comprometida e liderada por alguém que saiba conduzir a escola da melhor forma possível, pode haver um fracasso no sistema educacional.

A palavra escola vem do grego e significa “espaço do ócio”. Nesse contexto, a escola fundamenta-se como o espaço propício para o processo ensino e aprendizagem. Assim, o ambiente deve ser pensado e planejado exatamente para que a transmissão de conhecimentos seja a mais nítida e objetiva possível. O conceito de escola, tanto no sentido físico quanto na função social, é muito amplo e permite que ela esteja em constante evolução, cujo principal objetivo é oferecer a todos os seus membros, especialmente os estudantes, uma educação de qualidade.

A gestão democrática, nesse sentido, faz-se necessária a fim de conduzir da melhor forma possível a tomada de decisões referentes à busca por essa educação de qualidade. No entanto, não é correto depositar apenas no gestor a responsabilidade de conduzir sozinho o recinto escolar, fazendo deste um dever de todos. Assim sendo, com a elaboração do presente trabalho, observou-se aspectos importantes na implementação da democracia dentro das escolas, destacando o papel do diretor e do PPP, a fim de que se alcance esse objetivo quanto à educação, principalmente nas escolas públicas, sendo este o foco do artigo.

Ainda é importante salientar que um ensino de qualidade deve ser prioridade em todos os planejamentos de política pública, em razão da importância que se tem o investimento na educação, para formação do cidadão e para sua vivência no meio social, uma vez que o ensino formal possibilita um engajamento maior dentro da sociedade. Deste modo, a participação de todos na tomada de decisões referentes ao ambiente escolar é necessária para colocar em ação a importância do diálogo, fornecendo a todos o direito e o dever de se constituir uma educação de qualidade.

Referências

FONTELLES, Mauro José; SIMÕES, Marilda Garcia; FARIAS, Samantha Hasegawa; FONTELLES, Renata Garcia Simões. Scientific research methodology: Guidelines for elaboration of a research protocol. **Revista Paraense de Medicina**, p. 23, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2001.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. Porto Alegre: Penso, 2012.

LIMA, Licínio C. **Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública?** Educar em Revista. Curitiba, Brasil, v. 34, n. 68, p. 15-28, mar-abr., 2018.

LÜCK, Heloísa. A gestão pedagógica da organização curricular com foco na superação da distorção idade-série. **Gestão em Rede**, n. 62, p. 10 – 14, junho, 2005.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MASSENA, Juliana Hass. **Gestão Escolar Democrática**: elementos para uma política de desenvolvimento profissional dos diretores da rede estadual do Rio Grande do Sul. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MORRETO, Vasco Pedro. **Prova**: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática. 2006.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. As condições de democratização da gestão da escola pública brasileira. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 105, p. 271-290, abr./jun., 2019.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Planejamento Participativo na Escola**. São Paulo: EPU. 1986.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

SANTOS, Maria Natália Barboza; SOUZA, Maria do Socorro Cordeiro de; VIANA, Fernanda Jaylane da Silva. Gestão Democrática: A importância da Democracia na busca por uma Educação melhor na Escola Pública. **Id on Line Rev. Psic.**, Outubro/2021, vol.15, n.57, p. 616-627, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 08/10/2021;

Aceito 25/10/2021;

Publicado em: 31/10/2021.